

6. Instrumentos legais sobre a conservação da Biodiversidade

Em termos do quadro legal ambiental, Angola tem uma legislação bem desenvolvida e que tem em conta a conservação da biodiversidade. A principal lacuna legal, transversal a muitas das áreas é a falta de capacidade de fazer cumprir as leis e regulamentos estabelecidos no país.

Tabela2: Legislação Nacional de Suporte a Materia de Ambiente e Biodiversidade

Legislação	Data de Publicação
Âmbito: Geral	
Constitucional da República de Angola	Lei de 5 de Fevereiro de 2010
Lei de Bases do Ambiente	Lei n.º 5/98 de 19 de Junho
Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo	Lei n.º 3/04 de 25 de Junho
Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos	Lei n.º 6-A/04 de 8 de Outubro
Lei das Associações de Defesa do Ambiente	Lei n.º 3/06 de 18 de Janeiro
Lei de Defesa do Consumidor	Lei n.º 15/03 de 22 de Julho
Decreto sobre a Avaliação de Impacte Ambiental	Decreto n.º 51/04 de 23 de Julho
Decreto sobre Licenciamento Ambiental	Decreto n.º 59/07 de 13 de Julho
Lei das Transgressões Administrativas	Lei n.º 12/11 de 16 de Fevereiro
Âmbito: Flora Terrestre	
Regulamento sobre a Protecção do Solo, Flora e Fauna*	Decreto n.º 40.040 de 20 de Janeiro de 1955
Regulamento Florestal*	Decreto n.º 44.531 de 21 de Agosto de 1962
Estatuto das Estradas Nacionais	Decreto n.º 77/91 de 13 de Dezembro
Determina que o abate ilegal de árvores e o trânsito ilegal de produtos florestais serão passíveis de multas	Decreto Executivo Conjunto n.º 26/99 de 27 de Janeiro
Actualiza o Regulamento Florestal aprovado pelo Decreto n.º 44.531*	Despacho n.º 149/00 de 7 de Julho
Certificado da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES)	Decreto Executivo n.º 433/16 de 26 de Outubro
Código Penal Angolano	Lei n.º 38/20
Âmbito: Fauna Terrestre	
Regulamento sobre a Protecção do Solo, Flora e Fauna*	Decreto n.º 40.040, 1ª Série de 9 de Janeiro de 1955
Regulamento de Caça*	Diploma Legislativo n.º 2.873 de 11 de Dezembro de 1957

Legislação	Data de Publicação
Âmbito: Geral	
Proibição do abate, em território nacional, das espécies protegidas da fauna e da flora selvagens, com vista a conter a caça furtiva e o tráfico de objectos valiosos	Decreto Executivo n.º 469/15 de 13 de Julho
Estabelece os emolumentos e taxas a cobrar pela exploração de produtos florestais lenhosos e não lenhosos	Decreto Executivo Conjunto n.º 200/16 de 26 de Abril
Estabelece os valores a cobrar na emissão de licenças de caça e das taxas de indemnização no abate dos animais cuja caça é proibida	Decreto Executivo Conjunto n.º 201/16 de 26 de Abril
Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem que estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas	Lei n.º 6/17 de 24 de Janeiro
Âmbito: Fauna Aquática	
Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos	Lei n.º 6-A/04 de 8 de Outubro
Regulamento sobre a Investigação dos Recursos Biológicos Aquáticos em Águas Marítimas e Continentais	Decreto n.º 38/05 de 3 de Junho
Regulamento Geral de Pesca	Decreto n.º 41/05 de 13 de Junho
Regulamento de Fiscalização das Pescas	Decreto n.º 43/05 de 20 de Junho
Modelo de Licença Provisória de Pesca Recreativa e Desportiva	Decreto Executivo n.º 82/13 de 18 de Março
Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva	Decreto Presidencial n.º 146/13 de 30 de Setembro
Medidas de Gestão das Pescarias Marinhas, da Pesca Continental e da Aquicultura para o Ano 2017	Decreto Presidencial n.º 41/17 de 6 de Março
Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)	Resolução n.º 42/06 de 26 de Julho
Âmbito: Recursos Genéticos	
Aprovação, para ratificação, do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura	Resolução n.º 14/06 de 17 de Março
Determina que as colecções e exportação de recursos fitogenéticos só poderão ser feitas quer por cidadãos nacionais ou estrangeiros, após autorização do Comité Nacional dos Recursos Fitogenéticos	Despacho n.º 59/96 de 14 de Junho
Aprovação para adesão da República de Angola, do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso aos Recursos e a	Resolução n.º 35/16 de 2 de Agosto

Legislação	Data de Publicação
Âmbito: Geral	
Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes da sua Utilização	
Âmbito: Áreas de Protecção Terrestre	
Regulamento sobre a Protecção do Solo, Flora e Fauna*	Decreto n.º 40.040, 1ª Série de 9 de Janeiro de 1955
Regulamento dos Parques Nacionais*	Portaria n.º 10.375 de 15 de Outubro de 1958
Regulamento Florestal*	Decreto n.º 44.531 de 21 de Agosto de 1962
Lei de Terras	Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro
Lei de Águas	Lei n.º 6/02 de 21 de Junho
Lei das Áreas de Conservação Ambiental	Lei n.º 20/8 de 16 de Abril
Âmbito: Biossegurança	
Regulamento sobre a Protecção do Solo, Flora e Fauna	Decreto n.º 40.040, 1ª Série de 9 de Janeiro de 1955
Regulamento de Caça	Diploma Legislativo n.º 2.873 de 11 de Dezembro de 1957
Sobre a proibição de importação de sementes ou grãos transgénicos geneticamente modificados	Decreto n.º 92/04 de 14 de Dezembro
Estabelece as condições fundamentais para a obtenção de Licença para a Importação de Sementes	Despacho n.º 12/U/97 de 2 de Abril
Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário	Lei n.º 15/05 de 7 de Dezembro
Âmbito: Controlo de Poluição	
Lei de Águas	Lei n.º 6/02 de 21 de Junho
Lei das Actividades Petrolíferas	Lei n.º 10/04 de 12 de Novembro
Código Mineiro	Lei n.º 31/11 de 23 de Setembro
Protecção do Ambiente no decurso das Actividades Petrolíferas	Decreto n.º 39/00 de 10 de Outubro
Regulamento dos procedimentos sobre a Gestão, Remoção e Depósito de Desperdícios na Actividade Petrolífera	Decreto Executivo n.º 8/05 de 5 de Janeiro
Regulamento sobre os procedimentos de notificação da ocorrência de Derrames na Actividade Petrolífera	Decreto Executivo n.º 11/05 de 12 de Janeiro
Regulamento sobre a Gestão de Descargas Operacionais no decurso das Actividades Petrolíferas	Decreto Executivo n.º 12/05 de 12 de Janeiro
Lei sobre o Regulamento Sanitário	Lei n.º 5/87 de 23 de Fevereiro

Angola é Parte de alguns acordos multilaterais de ambiente que são elaborados e implementados a nível regional e internacional. Estes acordos podem contribuir para uma

melhor gestão dos recursos naturais, conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os acordos que poderão ter maior relevância para a gestão de áreas de conservação encontram-se enumerados.

Tabela 3: Acordos Internacionais

Acordo Multilateral de Ambiente	Resolução n.º	Data de Ratificação
Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)	23/97 de 4 de Julho	01.04.1998
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC)	13/98 de 28 de Agosto	17.05.2000
Convenção sobre o Combate à Desertificação nos países afectados pela seca grave e ou desertificação, particularmente em África (CCD)	12/00 de 5 de Maio	03.06.1997
Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural		07.11.1991
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	1/07 de 14 de Fevereiro	14.02.2007
Convenção sobre as Espécies Migratórias da Fauna Selvagem (Convenção de Bona)	14/03 de 15 de Abril	15.04.2003
Convenção da Corrente de Benguela (BCC)	15/15 de 3 de Julho	Carta de Ratificação n.º 3/15 de 12 de Agosto
Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitats de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar)	27/16 de 22 de Julho	Carta de Adesão n.º 4/16 de 23 de Agosto
Convenção de Basileia sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação	29/16 de 25 de Julho	Carta de Adesão n.º 3/16 de 23 de Agosto
Acordo sobre a Conservação dos Gorilas e seus Habitats	30/16 de 27 de Julho	Carta de Adesão n.º 7/16 de 23 de Agosto
Convenção para a Cooperação em Matéria de Protecção e Desenvolvimento do Meio Marítimo e Litoral da Região da África Ocidental e Central e o Protocolo Relativo à Cooperação na Luta Contra a Poluição em Casos de Emergência	32/16 de 29 de Julho	Carta de Adesão n.º 2/16 de 23 de Agosto
Convenção de Bamako relativa à Interdição da Importação de Lixos Perigosos, o Controlo da	34/16 de 1 de Agosto	Carta de Adesão n.º 1/16 de 23 de Agosto

Acordo Multilateral de Ambiente	Resolução n.º	Data de Ratificação
Movimentação Transfronteiriça e a Gestão desses Lixos em África		
Convenção para a Cooperação na Protecção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da África Ocidental e Central (WACAF, Convenção de Abidjan)		